

Gaza, a resistência e o genocídio

Por [Coletivo Veredas](#) / 03/09/2025



Deu no dia 7 de agosto, no The Guardian, o jornal inglês: “More people in Gaza died of starvation in just over 11 days than in the previous 21 months of the conflict” (Mais pessoas morreram de fome em apenas 11 dias do que nos 21 meses anteriores do conflito). A manchete vinha acompanhada pela foto de uma palestina com 5 anos:



Fonte: The Guardian – Five-year-old Lana Salih Juha, who suffers from severe malnutrition. Photograph: Mohammed Y. M. Al-yaqoubi//Anadolu via Getty Images

O horror que assistimos em Gaza é indescritível.

A fome duplicou, em apenas 11 dias, os massacrados desde outubro de 2023. Uma fome cientificamente organizada pelo Estado de Israel.

2023.

A resistência palestina, do ponto de vista militar, está destroçada. Por bombas e balas, o custo da continuidade da matança a inviabiliza economicamente. Há que se prosseguir pela fome.

Se Clausewitz estava correto em lembrar aos seus colegas de armas que a guerra é a política conduzida por meios bélicos, os imperialistas e seu braço israelense tentam provar que o genocídio é uma guerra conduzida por meios políticos.

No médio e no longo prazos, se a história não estiver pregando uma vez mais uma peça na humanidade, pagarão com a derrota militar a inviabilidade de tal estratégia (como, alterando o que deve ser alterado, demonstraram tantos casos na história, desde a ocupação da Gália pelos romanos, até a recente derrota estadunidense no Afeganistão, passando pelo Vietnã, Argélia e tudo o mais).

Em não poucos entre nós, causa assombro o genocídio ter seu braço armado em um Estado que se define judeu, um dos povos massacrados pelos nazistas (lembremos: se foram seis milhões de judeus, as vítimas soviéticas totalizaram mais de 25 milhões). As cenas de horror da libertação dos campos de concentração nazistas pelas tropas aliadas (o que inclui o Exército Vermelho da URSS) serão multiplicadas muitas vezes, assim que se furar a censura à imprensa estabelecida pelos imperialistas e o Estado de Israel. O assombro tem elevado padrão moral. Mas é injustificado: o que ocorre em Gaza não é algo inédito na história.

O horror, quando assume uma tal escala, costuma gerar uma dupla reação. Por um lado, deduz-se que qualquer providência que ao menos o amenize, por ruim que seja, é melhor que o genocídio. Em segundo lugar, na busca do “menos pior”, tenta-se localizar, no interior do estado de coisas atual, uma solução que ao menos contenha o massacre — ainda que seja uma solução ruim e provisória.

O “menos pior”

A busca pelo “menos pior” é um processo ideológico fortemente marcado pela continuidade entre o passado e o presente que marca nossos dias: fora do capitalismo, não haveria alternativa; fora da democracia, não haveria liberdade. Associa-se, a esta concepção de mundo conservadora, a constatação de um real dado da realidade, de uma efetiva característica da história: ela não é um processo teleológico. Ou seja, o passado não determina de modo absoluto e inequívoco o que é o presente, nem o que o futuro será. Base para o desenvolvimento posterior, o presente tem no futuro um campo de possibilidades, não apenas uma única possibilidade, para o seu desdobramento.

O genocídio não teria que, necessariamente, ser o que é. Poderia ser distinto, poderia ser “menos pior”. Tem um grão de verdade a hipótese de que as coisas não seriam tão sinistras se o genocídio não servisse também para a manutenção do governo Netanyahu em Israel. Não é de todo falsa a hipótese de que poderiam as coisas serem um pouco menos bárbaras, houvesse os democratas vencido as últimas eleições presidenciais nos USA, as que colocaram Trump de volta à Casa Branca. Na busca de um “menos pior”, de um atalho para conter-se a matança, passa a dirigir as ações de muito dos revolucionários a hipótese — nada fantasiosa — de que o horror poderia ser um pouco menor caso alguns piões do tabuleiro fossem outros. Conclui esta linha de raciocínio: alterar alguns desses piões, ainda que não sejam os essenciais, já seria alguma coisa. Por esta via, o reformismo encontra acolhimento: já que não podemos derrubar o capital para salvar os palestinos, que ao menos salvemos quem for possível, com qualquer paliativo que seja.

Este fenômeno ideológico, tão frequente mesmo na esquerda que se propõe revolucionária, comunista, é apenas uma analogia (a forma inferior dos processos gnosiológicos): na vida cotidiana, não raras vezes, um paliativo é a melhor opção. Na luta de classes, contudo, paliativos costumam ser conservadores. Na história, a classe que mais pode, não pode o menos. A burguesia pôde destruir o feudalismo, mas não podia evitar a revolução, tornando burguês o mundo feudal. Havia que destruí-lo, primeiro. Hoje, o proletariado pode destruir, mas não conter ou reformar, o capital.

Neste processo ideológico, ante o horror do genocídio em marcha, um elo importante, se não decisivo, é o papel da casualidade (as coisas poderiam não ser tão ruins, houvesse o acaso gerado uma situação diversa). Esta constatação, repetimos, tem um grão de verdade. A imaginação, contudo, apoiada nesta constatação, dá um passo adiante: se houvesse um Estado Palestino (ou uma Confederação Árabe-Israelense) seriam maiores os obstáculos políticos ao genocídio em curso; um Estado (ou uma Confederação) contaria com meios políticos que obstaculizariam o horror dos nossos dias. Neste patamar da imaginação, o raciocínio se aproxima do delírio: a defesa da criação de um Estado Palestino seria a estratégia a ser seguida pela esquerda revolucionária, pois a única com condições de pelo menos conter a ofensiva imperialista-israelense. Mesmo entre aqueles que defendem a destruição do Estado e sua substituição pela Comuna (na senda de Marx, Engels, etc.), há alguns que imaginam ser benéfica a criação de mais um Estado. Agora o palestino!

Sem maiores delongas: as massivas (no passado, mais frequentes que hoje) manifestações, a condenação do genocídio por vários Estados, alguns deles até mesmo imperialistas, não foram — e não serão — capazes de salvar os palestinos. Os manifestos por um Estado Palestino do “rio ao mar”, por mais radical que seja na forma, são tão incapazes de conter o que lá ocorre quanto qualquer manifestação da ONU ou da Comunidade Europeia. Mesmo o governo petista, cujo presidente classificou o que lá ocorre como genocídio, é incapaz sequer de diminuir os laços econômicos que unem o Brasil aos imperialistas e israelenses. A ineficácia de tais atos é uma evidência que se intensifica com a morte de cada ser humano pela fome deliberadamente produzida por Israel.

A operação ideológica que sustenta a adesão de forças da esquerda revolucionária a uma tal ineficaz estratégia se apoia, repetimos, no reconhecimento de uma característica real da história: não fosse Trump, não fosse o governo israelense representado por Netanyahu, etc., as coisas

poderiam ser um pouco menos horrorosas. Se o massacre, tal como hoje ocorre, não é uma fatalidade histórica – e, pura verdade, em sua atual forma, de fato não é –, deve-se buscar a solução mais rápida possível. Sem a revolução estar na ordem do dia, prossegue a argumentação, a alternativa seria a criação de um Estado para os palestinos.

O reconhecimento de uma determinação real do genocídio – as coisas não teriam que ser exatamente como hoje ocorrem – conduz a uma conclusão inteiramente falsa: seria viável a criação de um Estado Palestino capaz de conter o genocídio. Como a história tem lá seu grão de ironia, revolucionários e governos, como o do Canadá, o da França e parcelas do Partido Democrata dos EUA, terminam convergindo para a mesma proposta. Os revolucionários se associam aos contrarrevolucionários: o Estado é apresentado como capaz de promover a justiça e combater a barbárie. Os revolucionários passam a enxergar aliados onde não há senão inimigos de classe. Em uma luta de classes, diz um ditado espanhol, quem não consegue diferenciar seus inimigos dos seus aliados está derrotado antes de a luta se iniciar.

O mesmo fenômeno ideológico pode ser percebido em outros horrores do nosso presente.

Lembram-se da tragédia provocada pela Vale em Brumadinho, que cortou Minas Gerais e o Espírito Santo com uma destruição inédita da natureza e centenas de mortos? Teria sido ela uma fatalidade? Certamente que não: a barragem poderia ter sido melhor construída e, assim, não teria cedido. O Estado brasileiro poderia ter sido mais atuante na fiscalização. A própria Vale poderia ser mais consciente ecologicamente, não agindo como o fez.

Ao visualizar uma placa que assinala a criação do Parque Nacional da Canastra pela Ditadura de Figueiredo, não se é “obrigado” a reconhecer que nem tudo que os ditadores fizeram foi ruim? Não poderia a ditadura no Brasil ter feito muito mais desses “bens” e menos dos tantos “males” que perpetrrou? Que o Parque Nacional da Canastra foi criado para garantir o abastecimento de água imprescindível ao funcionamento do complexo hidroelétrico do São Francisco, essencial para a destruição de uma boa parte da natureza na região Norte e Nordeste do país, este é o fato que não pode ser considerado por nossa consciência premida pelo presente e que não consegue mais do que buscar o “menos pior”. O que tal concepção consegue captar é o fato singular – e real – de que a Ditadura protegeu a Serra da Canastra. Apenas isto. Que tal proteção seja o instrumento para a continuidade ampliada da destruição da natureza, escapa a tal concepção de mundo que se esconde nos detalhes para evitar a contemplação do todo.

Este fenômeno ideológico está longe de ser isolado.

O que faz uma indígena (ou alguém que assim se apresenta) e uma defensora da natureza (ou quem assim se crê) justificarem suas participações no atual governo petista, incapaz sequer de interromper o extermínio em curso dos Ianomâmis e outros povos indígenas? Os mesmos petistas que foram responsáveis pelo horror ecológico de Belo Monte, que estão prestes a abrir a Foz do Amazonas à exploração pelas petrolíferas e que nada mais fazem que ordenar (para o capital) a destruição das civilizações indígenas e da natureza? O que faz um negro que, adepto da concepção racista dos identitaristas, entende a opressão como uma opressão entre raças, apoiar os petistas que sequer conseguem diminuir o crescimento da população carcerária, majoritariamente não-branca? Como pode alguém, que entende ser a opressão uma opressão de

raça, apoiar governos sob os quais os crimes cometidos pelas forças de repressão destes mesmos governos atingem majoritariamente os negros e não-brancos? O que conduz uma lutadora pela emancipação do patriarcado defender um governo sob o qual não deixa de crescer o feminicídio (a mais intensa expressão da opressão patriarcal, lembremos)?

A artimanha ideológica

Em infinitos, pois cotidianos, exemplos como esses, o artifício ideológico é sempre o mesmo: não poderia ser diferente? Se fosse Bolsonaro no Planalto, não seria pior? Se o Estado brasileiro fosse mais ecoconsciente (não é essa a expressão da moda?), a tragédia de Brumadinho não poderia ter sido evitada? Uma melhor vontade política não é o que falta para combater o racismo no Brasil e ao menos diminuir os horrores em Gaza? Mesmo sob o capital, mesmo no interior do modo de produção capitalista, estes horrores (Gaza, o racismo, o feminicídio, a homofobia, a destruição do planeta, etc.) não poderiam ter sido minimizados ou, até, contidos por uma ação estatal?

Na história, o acaso é uma parte sempre presente nos eventos. Tanto na história da natureza quanto na história humana. Eles, os acasos, são sempre, contudo, a manifestação casual de uma essência que os determina, mesmo enquanto casualidades. Que a mulher a ser assassinada em mais uma manifestação do patriarcalismo seja a Maria ou a Helena, há sempre aqui um elemento de acaso. Se a polícia fosse mais atuante, se o Estado fosse mais presente, o assassinado de Maria ou de Helena certamente poderia ser evitado. O mesmo, quando se trata do racismo que se expressa nas políticas de cotas – ou da homofobia, que também atravessa de cima a baixo as cotas. Ter um juiz não-branco, ou ter garantido o direito de matrimônio a um casal homoafetivo – ou, ainda, o preconceito racial ou homofóbico recuar a ponto de se reconhecer de modo generalizado a grandeza de um Milton Nascimento ou de um Ney Matogrosso – tudo isso não são demonstrações de como as coisas poderiam ser diferentes, mesmo sob a ordem burguesa? Basta considerar o tratamento recebido por um Oscar Wilde ou por um Alan Turing na Inglaterra, com o Brasil dos nossos dias, para se indicar, com forte aparência de ser toda a verdade (não apenas parte dela), que as coisas podem ser diferentes, mesmo sob a regência do capital.

Nesta escala, do minúsculo e das “pequenas narrativas”¹, de fato, podem. O Estado israelense poderia massacrar um pouco menos os palestinos. O feminicídio poderia ser mais eficientemente combatido pelo Estado brasileiro, assim como o racismo e a homofobia.

Contudo, a alteração realmente possível na escala dos acasos pontuais (mas não menos reais) pouco ou nada altera a marcha desumana desta “máquina de moer carne humana” que é o capital, na expressão de Polanyi. Um novo ministro indígena ou uma outra “Marina” no governo em nada alterariam a marcha destruidora da natureza e da humanidade que é esta relação social denominada capital. Se, e quando, por ventura venha a ser criado um Estado Palestino, será apenas para continuar por outras vias a opressão do povo palestino — ou a experiência de décadas da Autoridade Palestina na Cisjordânia não vale para nada? Não é apenas pelas balas, mas também pela exaustão pelo trabalho, pela fome e miséria que se mata um trabalhador “um pouco por dia” (a morte Severina, cantada por João Cabral do Melo Neto). As propostas de criação de um Estado Palestino ou de uma Confederação são tão incapazes de conter o genocídio

em Gaza, quanto as não poucas proclamações pela paz e harmonia entre os humanos pelos “Gandhis” da vida ou pelo Tribunal de Haia. São nada mais, nada menos do que elos na continuidade da regência do capital sob nossas vidas. O feminicídio, a homofobia, o racismo e o massacre de povos pelas forças imperialistas (encarnadas quase sempre em Estados) continuarão sua marcha desumana. A destruição do planeta seguirá avante.

Nesta escala, a dos infinitos acasos cotidianos, as coisas podem ser diferentes — porque continuam essencialmente as mesmas. A opressão palestina, o assassinato das mulheres, o racismo, a homofobia e assim por diante — são distintas manifestações da mesma opressão patriarcal, da mesma força opressora do Estado e da mesma desumanidade que é o capital. Esta desumanidade pode e de fato se manifesta de modo diverso, por vezes mesmo casual, nos casos isolados. Tais diversidades, contudo, apenas são a afirmação — jamais a negação — da essência do capital: a máxima alienação já produzida pelos humanos.

Por isso, como a vida tem demonstrado à saciedade, as sucessivas “novas” políticas públicas para conter o patriarcalismo, a homofobia, a destruição do planeta e o racismo não vão além — e não podem ir além — de propor que se altere a esfera dos acasos, deixando o essencial intocado. Mantida a mesma essência da humanidade, os massacres de seres humanos por seres humanos continuarão — tanto em Gaza, quanto nos eventos racistas, homofóbicos ou patriarcais — pela mesma razão pela qual as políticas estatais que instituem a educação dos indígenas em suas línguas originais, bem como as políticas estatais de combate à mineração pelos garimpeiros, mantêm intactas as forças destruidoras das civilizações indígenas e do planeta.

Revolucionários miram a essência

Apenas os reformistas podem se deleitar com a mórbida arte de enxugar gelo. Os revolucionários nunca contaram com tal “privilegio”.

O genocídio que assistimos não é uma exceção ou um contrassenso na história contemporânea. Os massacres perpetrados por Estados, ao longo dos últimos dois séculos, são por demais numerosos para não serem notados. Os recorrentes massacres não podem ser evitados (ou mesmo minorados) por estratégias voltadas a controlar os “excessos”, sem combater as causas. Levando-se em consideração as peculiaridades de cada caso, o mesmo vale para a homofobia, o patriarcalismo, o racismo e a destruição do planeta. A essência do capital é em tal intensidade desumana, sua essência é de tal modo incontável, que alterações pontuais aqui e ali terminam se convertendo em mediações para a manutenção em operação da “máquina de moer carne humana” que é o capital.

Considerado o que predomina em nosso presente (as necessidades do capital para manter sua reprodução), nada mais racional do que o massacre em Gaza, o assassinato de mulheres, a opressão racista e homofóbica. Nada mais racional que a manutenção do racismo, do patriarcalismo ou da homofobia pela criação de mais um ministério, pela proclamação de uma nova legislação ou de mais políticas públicas. Nada mais racional do que, no momento aprazado, “salvar” os palestinos pela criação de mais um Estado ou permitir a exploração de petróleo na Foz do Amazonas para “preservar” a natureza.

A Lei Maria da Penha é tão impotente contra o patriarcalismo que termina sendo uma sua expressão. As políticas de cotas são tão conservadoras da essência das opressões atuais, que tão somente cumprem o papel de mediações para a manutenção da ordem opressora que emana do capital. A afirmação do direito das minorias à educação superior e aos empregos públicos é a negação dos mesmos direitos às amplas maiorias: é apenas a manutenção de privilégios.

Do mesmo modo: as políticas ambientais nada mais são do que ordenadoras da destruição do planeta pelo capital; a luta por políticas estatais pela reforma agrária nada mais pode fazer do que ampliar a concentração da propriedade da terra; a luta por políticas estatais pela educação pública conduz à expansão do ensino privado. O que resultou da luta por um sistema de saúde estatal, universal e de qualidade – senão o aprofundamento da mercantilização da medicina? E assim *ad infinitum*.

Sem que se considere as tendências essenciais predominantes, — limitando-se apenas e tão somente ao reconhecimento de que a história não é um processo fatalista, — o movimento ideológico que tem predominado conduz a se combater os acasos, deixando-se de lado ou postergando a luta contra as tendências históricas essenciais que tornam tais acasos possíveis. Gaza poderia não ser o que exatamente é, menos pessoas poderiam ser massacradas. Poupar-se a vida de uma Maria ou de uma Helena é possível; ter um juiz ou estudante universitário não-branco é melhor do que não ter — e assim por diante. Nada disso, contudo, sequer tangencia a essência das questões: por que tem de haver Gaza? Por que as opressões têm de ser as formas predominantes das relações humanas? Por que destruimos a natureza? Por que temos que conviver com o patriarcalismo, o racismo, a homofobia, o imperialismo – e com o genocídio?

Em se tratando da essência, não há atalhos

Deixar o essencial de lado, postergar o confronto com o capital em nome de um paliativo para conter o genocídio, tem se demonstrado absolutamente incapaz de tocar sequer o superficial do problema de preservar vidas humanas em Gaza.

Além dessa incapacidade “prática”, “concreta”, a defesa da criação de um Estado Palestino é portadora das ilusões de que o capital seria controlável por meio do Estado. Desconsidera o que é o capital. Auxilia a velar sua essência incontrolável. Conflui com a concepção liberal que não cansa em insistir no potencial humanizador e promotor de justiça do Estado. Fortalece a ideologia burguesa. Vela quem são nossos inimigos e os mascara como aliados, colocando no mesmo barco revolucionários e reacionários de carteirinha.

Como se tudo isso não bastasse, a defesa da criação de um Estado Palestino (ou uma Confederação árabe-israelense) faz com que os revolucionários se calem sobre esta “máquina de moer carne humana” que é o capital. Não se emprega o exemplo de Gaza como uma demonstração a mais da urgente – e presente — necessidade em se destruir o capital e substituir o modo de produção atual pelo comunismo. Evita que os revolucionários entrem na luta de classes com uma proposta revolucionária. Quando o horror é tão imenso quanto em Gaza, quando mais se evidencia a urgência da revolução, há revolucionários que recuam ao reformismo.

Nunca coube aos revolucionários, ainda mais hoje, qualquer elogio ao Estado. Ele nunca foi capaz de humanizar o capital – e hoje, com a crise estrutural se aprofundando, esta sua incapacidade é ainda mais evidente. Postular que um Estado possa minorar o sofrimento palestino é pregar o impossível. Nem o Estado, por sua essência, pode cumprir esse papel; nem as circunstâncias concretas daquele conflito carregam a menor possibilidade de qualquer Estado, mesmo que palestino, conter o genocídio. O genocídio irá prosseguir até ser saciada a sanha sangüinária do capital.

Calar-se contra o capital em nome da defesa de um Estado Palestino (ou de uma Confederação) é um equívoco que tangencia a complacência e a cumplicidade com o que pretende combater.

Portanto, em defesa dos Palestinos: abaixo o capital! Viva a Revolução Comunista!

Este deve ser o eixo de qualquer política dos revolucionários para aquele horror. Lembremos: perpetrado por um Estado, a organização política do capital. Por isso, abaixo o Estado e o capital que tem nele um seu instrumento. Por uma humanidade sem classes, sem países e sem patrões! Pela preservação do planeta! Pela Internacional de uma humanidade comunista, na qual a propriedade privada, o racismo, a homofobia e todas as modalidades de patriarcalismo ficaram na lata de lixo da história. Inclusive os genocídios.

Menos do que isso, é ser conivente com o massacre dos palestinos.

[1](#) Lembremos de Lyotard: o marxismo, assim como o hegelianismo, o platonismo, etc., não passariam de “grandes narrativas”, todas elas berço de “totalitarismos”.